

DECISÃO AUTOCRÁTICA AMEAÇA PLURALIDADE DA INTERNET

Foto: Divulgação

Não é a primeira vez que o Comitê Gestor de Internet é colocado em risco pelo governo golpista de Michel Temer

PÁGINAS 4 E 5



SENGE-RJ defende a luta da classe para garantir direitos sociais

Para o Sindicato, agricultura familiar e orgânica é o caminho para o desenvolvimento sustentável

Página 3



ARTIGO

Advogado Jorge Folena critica o chamado ultraliberalismo **Pág.2**

MEMÓRIA

SENGE-RJ lamenta o falecimento de Sérgio Almeida **Pág.8**

QUEM COMANDA O GOVERNO TEMER

Após 16 meses como ocupante ilegítimo da cadeira presidencial, o que parece uma eternidade, já é possível identificar as forças conservadoras que manipulam e dão sustentação ao governo Temer. Isto fica claro pela natureza das propostas e medidas conservadoras implementadas por Temer e seu grupo de celerados. A retrógrada reforma trabalhista que promove um retorno ao trabalho escravo no país e impede que os trabalhadores recorram a justiça quando lesados pelos patrões.

A terceirização generalizada, inclusive na atividade fim das empresas, precarizando as relações de trabalho e aumentando a insegurança e os acidentes de trabalho. A chamada reforma da previdência, ainda não aprovada, mas engatilhada e pronta para ser remetida para um Congresso eivado de lobies e grupos de interesses. Essa pseudorreforma, na prática impede um contingente enorme de trabalhadores de preencher as condições para obter sua aposentadoria.

Um olhar mais atento ao que acontece no Congresso Nacional podemos perceber que ele está dividido em facções, algumas criminosas, outras menos, mas todas defendendo interesses particulares de minorias. As estatísticas demonstram que o Congresso hoje é refém dos empresários da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e dos ruralistas. Além disso, temos as : Frente Parlamentar do Agronegócio, a Frente Parlamentar da Segurança (bancada da bala) e a Frente Parlamentar Evangélica (bancada da bíblia). Um Congresso digno do governo que tem.

Ultraliberalismo

JORGE FOLENA

O Estado liberal moderno foi criado como forma de garantir a paz e a segurança para as pessoas, uma vez que, no anterior estado da natureza (conforme Hobbes), viviam em permanente guerra e destruição.

Porém, o Estado criado para dar segurança à propriedade e garantir as liberdades individuais, não foi suficiente para atender às necessidades humanas. Por isso, com a evolução do liberalismo político, tornou-se necessário que fossem concedidos direitos sociais, como forma de estabilizar os muitos conflitos humanos. Assim, por meio do consenso político, econômico e social, buscou-se a harmonia imprescindível para a evolução da sociedade.

Nesse passo, foram os liberais que criaram o Estado-providência ou do bem estar social; foram os liberais que estabeleceram, a partir do utilitarismo, que o interesse coletivo deveria prevalecer sobre o individual. Desta forma, todo um sistema de solidariedade foi constituído nos países ocidentais, com a finalidade de prover de forma gratuita a educação, a saúde, o transporte público e a previdência e assistência social.

Tudo isto foi construído e colocado em prática pelos liberais, e não exclusivamente por socialistas ou comunistas, que têm entre seus fundamentos a solidariedade e a boa vontade entre os homens, a exemplo do que prega o cristianismo.

Porém, o que tem ocorrido no mundo, nos últimos tempos, é o extermínio de todos os sistemas de proteção social e de solidariedade, outrora constituídos para proteger os homens, motivo de criação do Estado moderno. Induzidos por falsos motivos, os homens são jogados uns contra os outros, o que os leva a uma situação de conflito permanente; por outro lado, as causas de todo esse mal-estar contemporâneo são distorcidas, de forma a serem atribuídas ao Estado.

O Estado não pode ser um mal em si, uma vez que foi criado pelos liberais para estabelecer a paz e a segurança social, bem como para criar um sistema de proteção social para seus associados (os cidadãos, que se unem e pagam tributos para obterem os serviços públicos).

Na verdade, o que tem triunfado, como uma quimera, é o discurso do mercado financeiro, em que pouquíssima gente ganha dinheiro em demasia, sem trabalhar, e que age disseminando boatos e especulações como essas, que propõem para os desavisados que a raiz de todo mal é o Estado; que, por isso, deve ser extinto para que o mercado financeiro possa fazer o

que bem entende, sem qualquer fiscalização.

Esta prática, na primeira década do século XXI, impôs ao mundo duas grandes crises do capital, em consequência da ausência de fiscalização proposta pelo mercado financeiro. A primeira foi em 2002, com a quebra da gigante empresa americana do setor de energia, Enron, cujos dirigentes fraudaram os balanços da empresa para inflar seus lucros. Em 2008, ocorreu a falência do banco americano Lehman Brothers, em consequência da manipulação da concessão de empréstimos bancários. Nas duas situações, cujos efeitos se percebem até hoje, a causa foi a proposta de um estado mínimo, no qual o mercado é seu próprio fiscal e o Poder Público não pode intervir em nada, devendo abster-se de prestar qualquer tipo de serviços.

Esses agentes do mercado financeiro, que praticaram fraudes contábeis e simularam a concessão de financiamentos, que impuseram a grave crise econômica que a humanidade tem experimentado neste século XXI (que tem sido debelada mediante a transferência dos recursos dos cidadãos para os bancos e as empresas falidas), são os mesmos que defendem, com todo descaramento, que deve ser demolido todo o sistema de solidariedade e de proteção social (que provê previdência social, educação, saúde etc.), construído pelos liberais a partir das idades moderna e pós-moderna.

O Estado mínimo proposto por eles significa, efetivamente, nenhuma prestação de serviços, nenhuma ação social, nenhuma proteção, nenhuma salvaguarda na doença, na velhice, na orfandade

Estes homens do mercado financeiro, como o atual ministro da Fazenda Henrique Meirelles, defendem o fim do Estado para que pouquíssimas pessoas no mundo possam triunfar e viver da exploração de todo o resto.

Isto é o que se denomina ultraliberalismo, que propõe a máxima exploração dos homens (sem se importar com nacionalidade, raça, gênero etc.), da forma mais perversa e cruel, que atenta diretamente sobre a vida, o direito natural por excelência, segundo Hobbes.

Portanto, o momento exige resistência, uma vez que estão destruindo todo o arcabouço de proteção criado pelos liberais para estabelecer a paz e a harmonia social, a exemplo do que faz sem qualquer piedade o desgoverno de Michel Temer contra o povo brasileiro.

O Estado mínimo proposto por eles significa, efetivamente, nenhuma prestação de serviços, nenhuma ação social, nenhuma proteção, nenhuma salvaguarda na doença, na velhice, na orfandade. É isso o que desejamos efetivamente, nós, os cidadãos?

* Jorge Folena é Cientista político e advogado



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: informe@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Hermínio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza (*licenciado a partir de 08/08/2017*), Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Beserra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá, Victor Marchesini Ferreira

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio e Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO FISCAL

Efetivo: José Stelberto Porto Soares, Paulo César Quintanilha, Sônia da Costa Rodrigues
Suplente: Antônio Carlos Alvares Grillo

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: comunicacao@sengerj2.org.br

Periodicidade: Mensal

A luta da classe trabalhadora é o caminho para garantir e conquistar direitos

SENGE Rio defende a agricultura familiar, a agricultura orgânica e o desenvolvimento sustentável como forma de reverter a produção de agrotóxicos e a criação de alimentos de forma mais justa e ecológica

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE Rio) acredita na organização coletiva dos trabalhadores como caminho para garantir e conquistar direitos trabalhistas e sociais. Temos como missão organizar os trabalhadores para garantir e conquistar direitos e justiça social. Além de trabalhar constantemente pelo desenvolvimento e fortalecimento da engenharia e da Soberania Nacional.

Os Engenheiros Agrônomos, representados pelo SENGE-RJ incluem entre suas preocupações o fato de o Brasil ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. O uso indiscriminado de transgênicos e veneno agrícola compromete a segurança da nossa alimentação e o futuro do planeta. É crucial a mudança para outro modelo, que produza alimentos de maneira ecológica e socialmente justa.

O SENGE Rio defende a agricultura familiar, a agricultura orgânica e o desenvolvimento sustentável como forma de reverter o cenário atual. A mudança para um outro modo de produção é capaz de garantir uma alimentação variada e saudável a toda população. A organização da categoria e sua aproximação com os demais segmentos da sociedade é fundamental na

defesa da democracia, e na definição de políticas públicas de apoio à agricultura familiar, à reforma agrária e de defesa do meio ambiente, tendo como consequência a valorização da categoria.



Senge-RJ
Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro

Acesse o nosso site e conheça o curso de

Autovistoria Predial

www.sengerj.org.br

Decisão autocrática ameaça pluralidade

Não é a primeira vez que o Comitê Gestor da Internet no Brasil é colocado em risco pelo atual governo.

Fonte: Clube de Engenharia

Há duas décadas a gestão da internet no Brasil é referência em todo o mundo graças à representatividade garantida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Formado por 22 membros, ele agrega nove representantes do governo, quatro do setor empresarial, quatro representantes da sociedade civil organizada, três da comunidade científica e tecnológica. Um notório saber em assunto de internet completa o comitê. Isso pode mudar em breve de forma pouco democrática, a toque de caixa, para atender a demandas que há muito buscam mudar as forças de poder dentro do CGI.br.

O tema não foi debatido internamente. Embora o empresariado já tivesse apresentado reclamações por costumar ser vencido nos debates, a alteração do número de representantes no comitê não foi pauta de reunião. Ainda assim, no domingo, 6 de agosto, os membros do comitê receberam e-mail de Maximiliano Martinhão, secretário de Informática do Ministério da Ciência, tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC)

e coordenador do CGI.br, falando da necessidade de se avaliar mudanças nesse sentido. Já na segunda-feira, sem deliberação dos membros sobre o assunto, uma consulta pública sobre o tema foi divulgada no Diário Oficial.

INTERESSES CONTEMPLADOS

Segundo a jornalista Marina Pita, membro da coordenação executiva do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, em artigo na Carta Capital, há indicações de que a consulta pública seja tratada como formalidade para colocar em prática demanda antiga das empresas de telecomunicações, que desejam mais espaço no comitê para, assim, aumentarem sua influência nas decisões do grupo. A manobra deverá, ainda, aumentar a participação governamental, após a derrota da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) na disputa sobre a neutralidade de rede no desenvolvimento do Marco Civil da Internet.

Segundo o diretor de Atividades Técnicas do Clube de Engenharia, e membro de uma das câmaras setoriais do CGI.br, Marcio Patusco, existe uma insatisfação do empresariado por não terem predominância nas deliberações

do CGI.br. “Entendemos que de fato é a área de representatividade da sociedade como um todo que deve colocar seus anseios para que as implementações atendam as necessidades dos cidadãos, afinal de contas, estamos falando de internet, um serviço essencial ao exercício da cidadania, como está colocado na lei do Marco Civil da Internet. É daí, inclusive, que vem a pluralidade de decisão no colegiado, elogiada em todo o mundo. Como a movimentação do governo vem sendo totalmente pró-empresariado, é possível que essa manobra caminhe no sentido de atender àquele setor”, destaca.

A reação da sociedade civil, segundo Patusco, é fundamental para tentar estabelecer um posicionamento que evite retrocessos que possam nascer da consulta pública, que vai até o início de setembro. A Coalizão Direitos na Rede já emitiu parecer criticando a mudança e a posição pouco democrática assumida pelo governo, que pode ser vista aqui. “Tudo vai depender do capital político do governo para implementar mudanças. Por isso é tão importante a nossa reação, que o assunto seja levado à sociedade para impedir que isso aconteça sem uma discussão

ampla. A forma com que a internet no Brasil é gerida foi elogiada no mundo inteiro como padrão internacional de gestão de internet. É isso que estamos colocando em risco por aqueles que querem que as empresas deem as cartas no setor”, explicou Patusco.

NOVA OFENSIVA

Não é a primeira vez que o Comitê Gestor da Internet no Brasil é colocado em risco pelo atual governo. Fortalecido após a promulgação do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) e sua regulamentação, que instituiu ao órgão a responsabilidade por definir diretrizes para todos os temas relacionados ao setor, o CGI.br teve seu funcionamento paralisado no primeiro semestre de 2017, alegando a necessidade de economia de recursos.

A denúncia levada ao Fórum de Governança da Internet (IGF) no México, organizado pelas Nações Unidas, por um conjunto de entidades da sociedade civil de mais de 20 países resultou na volta do funcionamento do comitê. Embora a próxima reunião esteja marcada para o dia 18 de agosto, a consulta pública saiu mais cedo, sem que o próprio comitê pudesse discutir o assunto.

Sociedade se mobiliza contra novas regras do serviço de telecomunicações

Entidades da sociedade civil que compõem a campanha "Banda Larga é Um Direito Seu!" se organizam para, mais uma vez, esclarecer senadores e deputados federais sobre pontos relevantes a respeito da expansão da banda larga no país. A ideia é mostrar as inconveniências de utilização dos recursos contidos no Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, e nos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Uma das características do PLC é permitir a mudança da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização e transferir para as Operadoras de telecomunicações toda a

infraestrutura de prédios, equipamentos, fibras óticas, cabos e sistemas que compõem os bens reversíveis à União ao final do contrato de concessão, por questionáveis compromissos de investimentos em banda larga.

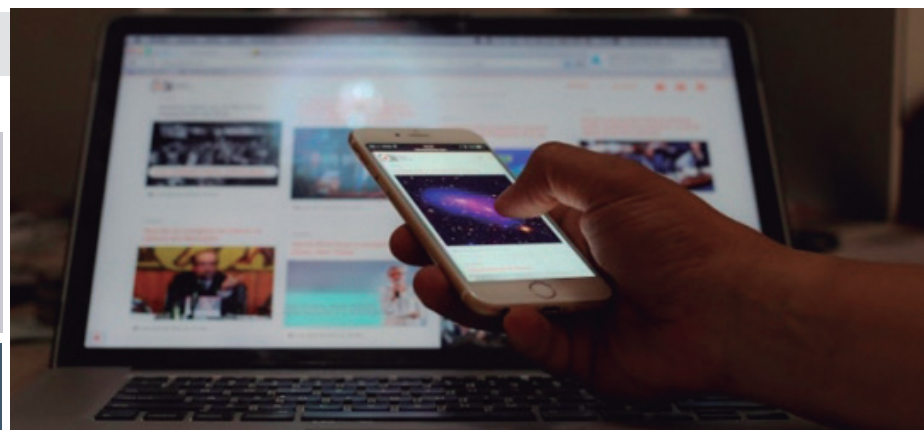
As entidades que compõem a campanha divulgam entre os parlamentares um documento síntese dos prejuízos que os procedimentos poderiam causar ao país. Segundo Marcio Patusco, diretor técnico do Clube de Engenharia, a urgência do tema se deve ao fato de o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) ter afirmado que voltaria a tentar aprovar o PLC no terceiro trimestre de 2017.

PROCEDIMENTOS DA ANATEL E DO MCTIC

O documento questiona os procedimentos da ANATEL para firmar os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) como fontes de financiamento do Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações (PERT) com as empresas de telecomunicações, os quais têm como objetivo resolver questões como as multas das empresas por descumprimento de obrigações. Pelas inúmeras irregularidades apontadas pela área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) na elaboração dos TACs, inclusive com responsabilização de Diretores da Anatel por danos ao erário público, o texto afirma que “o

MCTIC e ANATEL preferem os caminhos tortuosos, incertos, ilegais e altamente prejudiciais ao interesse e patrimônio públicos.”

De acordo com o documento, o Plano “já nasce associado a problemas históricos e juridicamente questionáveis, como é o caso do descontrole sobre os bens reversíveis e as ilegalidades que envolvem bens e obrigações relativas às concessionárias”. O texto também se fundamenta no Acórdão 3311/2015, do TCU, que questiona a inconsistência do controle da Anatel sobre os bens reversíveis e aponta fragilidades e pouca transparência na regulamentação da matéria pela agência.



A contestação dos investimentos em banda larga pelo PLC 79/2016 e pelos TACs

LEIA A SEGUIR O DOCUMENTO NA ÍNTEGRA:

1. É lamentável que passados anos desde a privatização os governos que passaram pelo Ministério das Comunicações não tenham conseguido estabelecer um diálogo com a sociedade civil para estabelecer uma política pública fundamental, como a universalização do acesso à Internet. É assustador que as opções adotadas pelo atual governo dependam de caminhos tortuosos e ilegais, que já causaram grande controvérsia a ponto de estarem judicializadas. Insystem, tanto o MCTIC como a Anatel, queas fontes de financiamento para o novo plano, agora chamado de PERT - Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações - devem ser os recursos provenientes dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) a serem firmados com as Teles, que têm como objeto o valor de multas por descumprimento de obrigações, bem como dos bens reversíveis relacionados às concessões no serviço de telefonia fixa comutada a serem trocados por novos investimentos em redes de fibra ótica, conforme está previsto no Projeto de Lei da Câmara 79/2016.

2. Ou seja, o tal PERT, elaborado pela ANATEL, já nasce associado a problemas históricos e juridicamente questionáveis, como é o caso do descontrole sobre os bens reversíveis e as ilegalidades que envolvem bens e obrigações relativos às concessionárias, que são as empresas que concentram 85% do mercado de banda larga fixa no país. Tanto

é assim que o questionamento a respeito do descontrole sobre os bens reversíveis por parte da ANATEL foi objeto do Acórdão 3311/2015, do Tribunal de Contas da União (TCU). Também a SeinfraCOM do mesmo TCU divulgou relatório de auditoria realizada por conta de Representação apresentada pelo próprio tribunal, em julho de 2016, em face da ANATEL, propondo medida cautelar a fim de que a agência se abstivesse de assinar TACs, até que fossem avaliadas as possíveis irregularidades encontradas, em razão do que os TACs estão suspensos neste momento.

3. Acórdão 3311/2015 do TCU - O TCU e o Poder Judiciário já reconheceram que a ANATEL não tem controle sobre os bens reversíveis. Cumprindo seu papel de fiscalizar os serviços públicos, o TCU instaurou a auditoria relatada no processo TC 024.646/2014-8, que culminou com o Acórdão 3311/2015, com vistas a verificar a eficiência ou não da regulamentação, controle, acompanhamento e fiscalização dos bens reversíveis vinculados ao sistema de telefonia fixa comutada. Desses documentos pode-se extrair:

• “Foram identificadas inconsistências nessa RBR (relação de bens reversíveis) e nos procedimentos de controle e acompanhamento dos bens”.

• A unidade técnica apontou que a Anatel está buscando “regulamentar a matéria sem transparência”.

• A auditoria frisou ainda que: “os processos de regulamentação, controle e acompanhamento e fiscalização pela Anatel dos bens reversíveis possuem fragilidades, de forma que inexistem garantias da fidedignidade e atualidade dos registros desses bens”.

Em seu texto, o documento descreve “inconsistências”, “fragilidades”, “baixa transparência”, “descaso com o tema” e “descumprimento reiterado das obrigações legais”.

É assustador que as opções adotadas pelo atual governo dependam de caminhos tortuosos e ilegais

4. Ou seja, existe um grande risco de que toda a infraestrutura de telecomunicações nacional, constituída de prédios, equipamentos, sistemas e cabos, avaliada pelo próprio TCU em cerca de 108 bilhões de reais, seja entregue às concessionárias, com uma mudança radical no modelo regulatório das telecomunicações no bojo da aprovação do PLC 79/2016, sem a devida garantia de uma avaliação adequada e transparente.

5. Relatório da SeinfraCOM do TCU sobre os TACs TC 022.280/2016-2 - Este relatório traz informações surpreendentes. Primeiro a resistência da ANATEL em apresentar dados consistentes a respeito dos 37 pedidos de celebra-

ção de TACs pendentes, envolvendo R\$ 9.181.440.215,12, sendo que os maiores valores correspondem a OI - R\$ 6.574.241.320,46 e a Telefônica - R\$ 1.770.629.868,25. Entre o pedido de esclarecimentos pelo TCU até a apresentação ainda inconsistente e contraditória de informações pela ANATEL se passaram mais de 8 meses. Algumas irregularidades apontadas pela Seinfra merecem destaque pela gravidade:

- irregularidades na negociação dos TACs na doutrina, na legislação vigente e no regulamento de TACs da ANATEL;
- irregularidades nos dispositivos de ajustamento de conduta aplicáveis a todos os TACs;
- irregularidades e deficiência no acompanhamento e fiscalização dos TACs pela ANATEL;
- irregularidades no procedimento de declaração de descumprimento do TAC e na execução das multas e do valor de referência do TAC;
- irregularidades e dano ao erário pelo menos de R\$ 137,7 milhões identificados na atuação do Conselho Diretor da ANATEL nos processos de aprovação do ato de desconto dos compromissos adicionais de todos os TACs e de aprovação do TAC da Telefônica.

6. Encontramos a seguinte afirmação no relatório da SeinfraCOM: “... fica claro que a escolha dos municípios a serem atendidos pelos compromissos adicionais do TAC da Telefônica prioriza localidades que possuem um nível de desenvolvimento maior e

CONTINUA

mais avançado, em detrimento de regiões deficitárias, o que beneficia indevidamente a prestadora”. Em outras palavras, as desigualdades de atendimento regionais e sociais se acentuariam.

7. Esse quadro é um escândalo, quando consideramos que nós consumidores de telecomunicações recolhemos para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) aproximadamente R\$ 2,5 bilhões por ano, que deixam de ser aplicados em novas redes para atender a demanda da sociedade brasileira, por omissão e inadequação de soluções por parte do Poder Público.

8. No estabelecimento do modelo da migração das concessões para autorizações, conforme preconiza o PLC 79/2016, o TCU também aponta para o risco de uma avaliação incorreta: “... Nesse caso, chama a atenção a definição do fluxo de caixa da concessão ser avaliada apenas a partir da solicitação da migração até o fim do contrato, isto é, ignorando todo o período entre a assinatura dos contratos até a data da migração. Se o argumento para revisar o modelo é a insustentabilidade das concessões, era de se esperar que a concessão fosse avaliada como um todo, desde o seu princípio, com todas as receitas, despesas e obrigações associadas”.

9. É fundamental que o MCTIC e ANATEL trabalhem para fazer valer o que está expresso no art. 65, § 1º, da LGT, estendendo o regime público para a implantação de infraestrutura em novas redes de fibra ótica, aproveitando a extensa rede de cobre do STFC, possível de se aproveitar, por exemplo, pela aplicação da tecnologia GFAST, para prover banda larga em alta velocidade. É o que entidades da sociedade civil, reunidas na campanha Banda Larga é um Direito Seu, vêm reclamando há anos. Mas o MCTIC e ANATEL preferem os caminhos tortuosos, incertos, ilegais e altamente prejudiciais ao interesse e patrimônio públicos, e que definitivamente não garantirão os investimentos necessários para a implantação da banda larga.

Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil



Justiça age em benefício das mineradoras da Tragédia de Mariana, denuncia vítima

Integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens protestaram contra lentidão no julgamento do caso

Por Brasil de Fato

Em apenas dois anos, os recursos das universidades federais brasileiras e os investimentos em ciência, tecnologia e inovação tiveram uma redução total de 50%.

A situação é tão grave que, se nada for feito, boa parte das instituições de ensino superior mantidas pelo governo federal correm o risco de paralisar suas atividades antes mesmo do fim do ano, já que vai faltar dinheiro para pagamento de contas de água, luz, limpeza e segurança, além das próprias atividades acadêmicas e de pesquisa,

como manutenção de bolsas de iniciação científica, compra de materiais e insumos para laboratório e equipamentos.

“Trata-se do pior orçamento em 10 anos”, aponta Tamara Naiz, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG).

Os cortes também comprometem serviços diretos à sociedade, como o atendimento à saúde realizado nas clínicas e hospitais universitários mantidos pelas instituições federais.

“Há uma possibilidade de que, chegando a setembro ou outubro, se o governo mantiver essa diretriz, haverá instituições que serão obri-

gadas a suspender suas atividades”, acrescenta Virgílio, citando o exemplo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que já foi uma das melhores instituições do país, mas atualmente vive uma grave crise de asfixia financeira, com salários atrasados e suspensão do ano letivo.

“Educação e saúde não são responsáveis pela crise econômica, mas sempre são punidas por isso”, lamenta o professor Virgílio Arraes, presidente da Associação de Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB). “Esperamos que não se repita no restante do país a situação vivida pela UERJ”, afirma Virgílio, da ADUnB.

Reajustes salariais no 1º semestre de 2017

– interrompida a trajetória de piora nos resultados das negociações no país

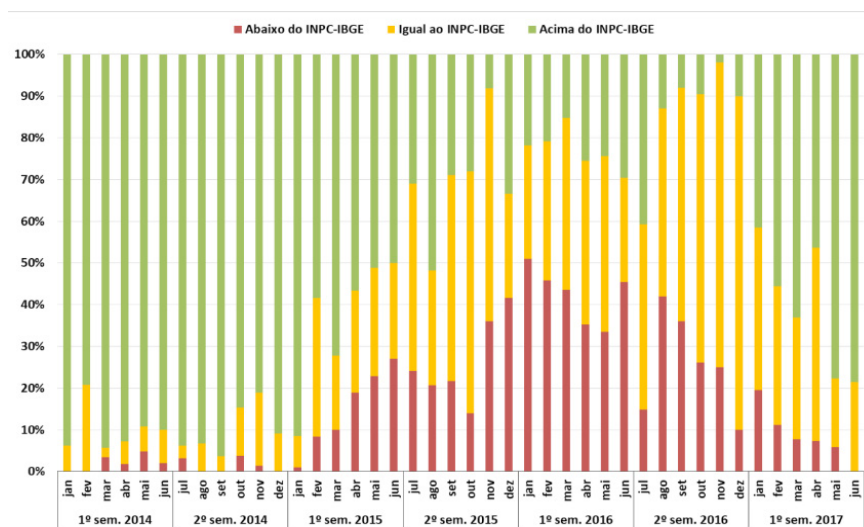
Por Paulo Jager - Dieese

No primeiro semestre de 2017 a economia brasileira parece ter interrompido uma trajetória de queda drástica do seu Produto Interno Bruto (PIB) – o que vinha sendo observado por oito trimestres seguidos, nos anos de 2015 e 2016. A pequena variação positiva observada nos dois primeiros trimestres do ano, entretanto, coloca o produto em um nível ainda 7% inferior ao atingido no primeiro semestre de 2014. Além disso, a própria reversão da trajetória de queda não se mostra consolidada. Por exemplo, o Banco Central, na última divulgação de seu índice de atividade econômica, IBC-Br, apontou queda no mês de agosto, após dois meses de variação positiva.

Esse desempenho negativo foi, obviamente, desfavorável ao emprego e à renda. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua – PNADC/IBGE, a taxa de desemprego que havia atingido seus mínimos históricos nos anos de 2013 e 2014, voltou a crescer forte no período seguinte. Passou de 6,5%, no quarto trimestre de 2014, a 12,0%, em igual período de 2016 e atingiu seu ápice, de 13,7%, no primeiro trimestre de 2017. No segundo trimestre houve uma pequena melhora, com a taxa caindo a 13,0%, mas, em grande medida, devido a um aumento de ocupações precárias, como o assalariamento sem carteira de trabalho assinada.

No que se refere aos rendimentos do trabalho, a situação só não foi pior devido à queda forte verificada nas taxas de inflação a partir do fim de 2016, como resultado da própria crise econômica, mas também em decorrência do fim dos efeitos dos choques de preços (principalmente da tarifa de energia elétrica, da taxa de câmbio e dos alimentos). De fato, em junho de 2015, a variação acu-

Distribuição % dos reajustes salariais, em comparação com a variação do INPC-IBGE, segundo data-base Brasil, janeiro de 2014 a junho de 2017



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

mulada em 12 meses do INPC/IBGE era de 9,31% - contra 6,23% em dezembro do ano anterior. Em janeiro de 2016 atinge o pico de 11,31% e começa a retroceder, chegando a 9,49%, em junho daquele ano. Em junho de 2017 havia caído a apenas 2,56%.

Talvez por esta redução de nível inflacionário, no primeiro semestre de 2017, as negociações dos reajustes salariais tenham apresentado um resultado distinto do que vinha sendo observado em igual período dos dois anos anteriores. E a mudança foi para melhor. De fato, quase 60% dos reajustes obtidos resultaram em aumentos reais e outros 30% dos acordos lograram somente recompor o poder de compra dos salários. Os 10% restantes ainda resultaram em perdas salariais, tomando-se como referência a variação acumulada em 12 meses do INPC-IBGE em cada data-base.

Estes números provêm do Sistema de Acompanhamento de Salários do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE e fazem parte de um

estudo recém-divulgado, intitulado “Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2017”. As informações dizem respeito a 300 unidades de negociação de empresas privadas e estatais, dos setores da Indústria, do Comércio e dos Serviços, em todo o território nacional.

Apesar de a maior parte dos acordos firmados ter resultado em ganho real, os percentuais obtidos acima da inflação foram pequenos, sendo os mais frequentemente observados aqueles valores de até 0,5 ponto percentual. Mesmo assim, deve-se registrar que em igual período de 2016 a variação real média foi negativa; isto é, houve perda média em termos reais.

Outro aspecto importante apontado no estudo, como se percebe a partir do gráfico, é que a melhora se deu à medida que o ano avançava. De janeiro a junho viu-se o aumento da proporção de negociações com ganhos reais (de 42% a 80%) e redução da proporção daquelas em que não se conseguiu recuperar o poder de compra dos salários (de 20% a 0%). Também cabe destacar uma

queda expressiva, relativamente aos anos de 2015 e 2016, na proporção de acordos prevendo reajustes parcelados e reajustes escalonados segundo a faixa salarial.

Por fim, mas não menos importante, o estudo revela um melhor desempenho nas negociações salariais envolvendo sindicatos de trabalhadores e de empregadores (que dão origem às convenções coletivas) frente às negociações envolvendo sindicatos de trabalhadores e empresa ou grupo de empresas (que dão origem aos acordos coletivos). As primeiras são negociações mais gerais, frente às quais os trabalhadores, representados por seus sindicatos, parecem ter um maior poder de barganha. Esse resultado confirma uma tendência já observada ao longo da série histórica da pesquisa e permite realçar, dentre os muitos aspectos nefastos da reforma trabalhista, o risco envolvido na autorização legal para que um acordo coletivo prevaleça sobre uma convenção.

Assim, em que pese a melhora relativa ao biênio 2015-2016, os resultados observados no primeiro semestre de 2017 ficaram bastante aquém dos resultados obtidos ao longo do período 2005 a 2014. A redução significativa na taxa de inflação provavelmente teve um papel importante neste desempenho, mas a quase estagnação econômica e a elevada taxa de desemprego decorrente da crise atuaram em sentido contrário contendo a possibilidade de uma recuperação nos rendimentos do trabalho. Nestes termos, é difícil fazer prognósticos mais otimistas, dado que não se vislumbra uma retomada forte da atividade econômica e, ao mesmo tempo, os trabalhadores brasileiros estão no limiar de começarem a enfrentar os impactos negativos da mudança na legislação trabalhista, que passa a vigor a partir do dia 11 de novembro.

Sérgio Almeida, presente!

Sérgio Almeida foi diretor do SENGE-RJ no mandato 1992-1995 e presidente nos mandatos 1995-1998, 1998-2001 e 2001-2004

Fotos: Claudionor Santana



O SENGE-RJ lamenta profundamente o falecimento do engenheiro Sérgio Almeida no dia 02 de setembro, decorrente agravamento do seu estado de saúde.

Sérgio Almeida foi diretor do SENGE-RJ no mandato 1992-1995 e presidente nos mandatos 1995-1998, 1998-2001 e 2001-2004, além de diretor da Fisenge no período de

1999-2002 e de 2002-2005.

Sérgio foi um dos principais nomes na luta contra as privatizações. Sua imagem diante da tropa de choque durante um ato em Furnas é emblemática. Ele liderou manifestações, greves e assembleias com força e convicção em defesa dos trabalhadores, dos movimentos sociais e do Brasil.

Também militou contra a ditadura militar, pela democratização do país e participou, ativamente, do plebiscito contra ALCA.

A memória e a história de luta de nosso companheiro Sérgio ficarão para sempre em nossos corações e mentes. Ele seguirá sendo um exemplo de resistência e de esperança por um Brasil mais justo e

igualitário e no papel fundamental que a engenharia exerce.

Como militante e colaborador do SENGE-RJ, nos últimos anos, foi um dos idealizadores dos filmes "Privatizações: a distopia do capital" e "Dedo na ferida", ambas produzidas e dirigidas por Silvio Tendler.

Sérgio Almeida, PRESENTE!

art²⁷

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707
Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br